

Rubens Ricupero

**P**or que temos uma transição tão longa, frustrante e dolorosa para uma nova fase de vida? Naturalmente, se olharmos em torno, veremos que o Brasil não se encontra solitário nesse problema. Talvez desde o princípio de 1989, tenhamos entrado em um daqueles períodos em que a História está novamente em marcha e nos quais a mudança, a ruptura, tornam-se mais importante do que a continuidade.

Alguns países perceberam os sinais dos novos tempos mais cedo, moveram-se mais rapidamente, ajustaram-se às novas realidades e já se estão beneficiando das reformas que promoveram. As economias do Sudeste Asiático parecem ser um bom exemplo disso. Alguns outros países, como a China, caminharam rapidamente na esfera econômica, mas ainda buscam preservar o essencial de suas estruturas políticas. A União Soviética, ao contrário, está promovendo uma transformação política profunda em um curto espaço de tempo, mas não logrou êxito até o momento na área da reforma econômica.

Por que o passo da mudança é tão dissimililar? Por que certos países são mais capazes de adaptação? Por que a resistência à modernização, à reforma, é mais forte em alguns países?

Inclino-me a concordar de maneira geral com os comentários feitos por um brasileiro soviético, que apontou as similaridades entre seu país e o Brasil neste momento. Eu iria mais além dos pontos que ele indicou — território, população, regime autoritário anterior — e enfatiza que em ambos os países setores importantes da sociedade estão convencidos da necessidade e empenhados na modernização da economia; mas nem na URSS, nem no Brasil foi possível construir um mínimo de consenso, um denominador que liberaria suficiente energia e apoio político para acelerar e completar as reformas que estão sendo empreendidas. Curiosamente, em ambos os casos, uma das razões pelas quais é tão difícil construir o futuro pode ser o sucesso do passado.

A revolução bolchevista forneceu à União Soviética uma visão nova e poderosa de seu potencial, trouxe um rápido processo de industrialização e elevou a União Soviética ao clube exclusivo das potências mundiais. Tais sucessos criaram novas realidades, uma visão hegemônica e interesses estabelecidos que resistem à mudança.

Na Europa Central e Oriental, em países como a Tchecoslováquia e a Hungria, ao contrário, o regime comunista foi percebido como um animal estranho e pouco ou nada acrescentou às economias que já haviam alcançado um nível razoável de diversificação industrial. Tal situação imposta a partir de fora nunca deu lugar a um sentimento de orgulho ou de

sucesso. Isso explica em alguma medida a maneira mais rápida e relativamente tranqüila pela qual a transição está ocorrendo em alguns países da Europa Central e Oriental, se comparada com o processo instável, perturbador e errático que está ocorrendo na União Soviética.

Também no Brasil o sucesso mesmo do paradigma do desenvolvimento nacionalista em parte explica por que ele se recusa a morrer facilmente, por que ele teimosamente se apegue à vida. Por que o nacionalismo econômico quase desapareceu da agenda dos países latino-americanos e, ao mesmo tempo, parece vivo e robusto no Brasil? Por que as empresas estatais estão sendo desmontadas na Albânia, enquanto toda a sorte de ações de retaguarda foram tentadas nos tribunais brasileiros e nas ruas, para impedir que a privatização da Usiminas seguisse seu curso? Por que a proteção tarifária e não-tarifária foi aceita mais facilmente no Chile ou na Venezuela que no Brasil?

Se é verdade, como disse Hélio Jaguaribe, que até o fim dos anos 70 o Brasil tinha a

*Se o novo ainda não nasceu no Brasil, está certamente em gestação. As incertezas não devem ensombrecer o muito que já foi alcançado*

base industrial mais ampla e mais bem integrada entre os países em desenvolvimento e a tecnoburocracia estatal mais moderna e eficiente no Terceiro Mundo, não deveria causar surpresa o fato de que a aliança entre os líderes empresariais criados pela industrialização e os interesses corporativos das prestigiosas empresas estatais seria mais forte do que em países em que a indústria nacional era fraca ou havia sido dizimada em recentes fases de ajustamento, ou onde o corporativismo foi destruído pelo Estado autoritário. O sucesso criou outra vez novas realidades, interesses estabelecidos e percepções incrustadas.

Se é verdade que a visão que estruturou a nação brasileira na década passada está desgastada, também é verdade que uma nova visão ainda não está completamente estabelecida. Se ela existe nas mentes de alguns, ela ainda não permeou todo o corpo social. O fato é que nos círculos acadêmicos e em setores importantes do governo, os que se associaram aos esforços e sonhos do passado não desistem facilmente dos padrões intelectuais que utilizaram para apreender a realidade brasileira, mesmo que não tenham tido êxito em propor maneiras de tornar o modelo

novamente operacional. Isso me lembra outra vez a União Soviética, e particularmente a relutância da linha dura em tratar da questão da propriedade privada.

É importante notar, de passagem, que outro aspecto em que o Brasil difere de seus vizinhos latino-americanos e se assemelha à URSS é na centralidade do problema político. Embora outros países latino-americanos possam ter enfrentado problemas episódicos na esfera política, em nenhum deles é central o problema de como dividir, distribuir e exercer o poder. Nenhum país latino-americano está discutindo seriamente a possibilidade de adotar um tipo de governo parlamentarista. No Brasil, como na URSS, a solução ao problema político é uma condição prévia para uma efetiva política macroeconômica de médio e longo prazo.

A citação de Gramsci, frequentemente repetida, volta ao espírito porque descreve de maneira tão pertinente o que estamos vivendo: "A crise consiste precisamente no fato de que o velho está morrendo e o novo não pode nascer; nesse interregno aparece uma grande variedade de sintomas mórbidos."

Se o novo ainda não nasceu, está certamente em gestação. As incertezas do presente não deveriam ensombrecer o muito que já foi alcançado em um período de tempo relativamente curto. Medidas abrangentes de liberalização foram adotadas nas frentes interna e externa. Os subsídios internos foram reduzidos. As restrições quantitativas às importações foram eliminadas, enquanto a tarifa média de importação, que era de 32% em 1990, foi diminuída, hoje, para 25% e será reduzida a 14% em 1994. A regulamentação dos investimentos estrangeiros está sendo aperfeiçoada, de modo a atrair novos investidores. O programa de privatização avança. Esses são passos importantes que muitas pessoas, mesmo no Brasil, não teriam esperado alguns anos atrás.

Em um seminário no Brasil, há alguns anos, referindo-se à crise latino-americana, Alain Touraine mencionou que a capacidade de fazer diagnósticos é metade do caminho para uma solução. A sociedade brasileira parece ter concordado com as linhas básicas do diagnóstico. E está lutando para utilizar a terapia. Ela ainda não foi capaz — como enfatizou muito bem Luciano Martins — de forjar a coalizão de forças sociais para apoiar a conclusão das reformas que ora estão sendo empreendidas. Alguns acreditam que isso leva tempo. A crescente consciência do que está em jogo, assim o creio, acelerará o entendimento político. A dureza ou certeza de alguns dos diagnósticos da situação brasileira não deveria amedrontar-nos a verdade.